

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA: INSTRUMENTO PARA REDUZIR DESIGUALDADES?

Anilton Santos Batista ¹
Maria Gracilene de Carvalho Pinheiro ²

RESUMO

A educação financeira tem se tornado um tema essencial no contexto escolar. Na escola pública, onde muitos alunos enfrentam desafios econômicos significativos, o ensino dessa temática se faz essencial, pois a falta de conhecimento sobre planejamento financeiro pode resultar em endividamento e dificuldades na vida adulta, tornando a inclusão desse ensino uma estratégia fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes financeiramente. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da educação financeira nas escolas públicas e seu impacto na vida dos alunos, além de investigar como o Ministério da Educação (MEC) tem abordado esse tema em suas diretrizes. Assim, procurou-se compreender como a educação financeira está sendo incorporada ao currículo escolar. A pesquisa adota, portanto, uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais do MEC. Os resultados apontam que o ensino de finanças pessoais desde a Educação Básica pode contribuir para a construção de hábitos financeiros saudáveis, proporcionando aos alunos maior autonomia e capacidade de tomar decisões econômicas conscientes e responsáveis no futuro. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu a educação financeira como um tema transversal, o que representa um avanço significativo. No entanto, desafios ainda existem, como a falta de formação dos professores e a necessidade de materiais didáticos mais adequados. Conclui-se que a implementação eficaz da educação financeira nas escolas públicas pode ter um impacto positivo na sociedade, ajudando a reduzir a desigualdade econômica, promovendo maior estabilidade financeira entre as famílias. Para isso, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas, garantindo a formação continuada dos professores e a ampliação do ensino dessa temática em todo o país.

Palavras-chave: Educação financeira, Escolas Públicas, Ministério da Educação, Formação Continuada de Professores, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A crescente complexidade do mundo financeiro, marcada pela expansão do crédito, pela digitalização bancária e pelas constantes mudanças econômicas, torna a educação financeira um tema indispensável à formação dos cidadãos. No Brasil, essa discussão ganha ainda mais relevância quando se considera que grande parte da população vive em situação de vulnerabilidade econômica, com pouco acesso a informações sobre planejamento financeiro. Essa realidade se reflete diretamente na

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar, anilton.batista@ufdpar.edu.br;

² Professor orientador: Doutora, Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar, gracilenepinheiro@ufdpar.edu.br.



vida cotidiana das famílias, que enfrentam dificuldades para organizar seus gastos, lidar com o consumo imediato, compreender as taxas de juros ou planejar investimentos de longo prazo. Em um cenário em que o endividamento é comum e as ofertas de crédito estão cada vez mais acessíveis, a ausência de conhecimentos básicos de educação financeira torna-se um fator de risco para a exclusão social e para a reprodução das desigualdades.

No contexto escolar, especialmente na rede pública, a educação financeira não se apresenta apenas como um tema curricular, mas como uma estratégia pedagógica de grande relevância social. A escola, sendo um espaço de formação integral do sujeito, tem o papel de preparar o estudante para enfrentar os desafios do cotidiano e, nesse sentido, o domínio de noções financeiras torna-se essencial. Mais do que lidar com números, planilhas ou fórmulas, o ensino da educação financeira busca desenvolver competências relacionadas à autonomia, à tomada de decisões e à responsabilidade individual e coletiva no uso dos recursos. Assim, ao inserir o tema no ambiente escolar, a educação deixa de ser vista apenas como transmissão de conteúdos acadêmicos e passa a assumir um papel emancipador, capaz de impactar a vida prática do estudante e de sua família.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que organiza a educação básica no Brasil, incorporou a educação financeira como tema transversal, articulando-o a diferentes componentes curriculares, sobretudo à Matemática, mas também à Geografia, à Sociologia e até às Ciências Humanas de forma geral. Essa transversalidade é significativa porque rompe com a ideia de que falar de finanças é responsabilidade exclusiva de uma disciplina. Pelo contrário, o tema pode e deve ser trabalhado em diferentes áreas do conhecimento, pois se relaciona com o consumo, com a organização social, com a cidadania e com o direito de acesso a uma vida digna. Essa abordagem integrada contribui para que os alunos compreendam a educação financeira não como um conteúdo isolado, mas como parte de sua realidade social e cultural.

Entretanto, a simples presença do tema nos documentos oficiais não garante sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas. Muitos professores ainda encontram dificuldades em trabalhar a educação financeira por falta de formação específica, escassez de materiais didáticos adequados ou ausência de metodologias interdisciplinares que aproximem o conteúdo da realidade dos alunos. Além disso, o cotidiano escolar muitas vezes é marcado por demandas burocráticas, sobrecarga de



Outro ponto relevante é a dimensão cidadã da educação financeira. Mais do que ensinar a economizar ou investir, trata-se de formar cidadãos críticos capazes de compreender como o sistema financeiro afeta sua vida. Discutir, por exemplo, como



funcionam os impostos, as taxas de juros, os programas de transferência de renda ou as políticas públicas relacionadas ao crédito é também educar financeiramente. Essa formação crítica permite que os alunos compreendam seu papel como consumidores e cidadãos, questionando práticas de consumo predatório, refletindo sobre a publicidade e analisando como suas escolhas financeiras impactam o meio ambiente e a sociedade.

O projeto realizado em Parnaíba-PI, portanto, tem caráter duplo: ao mesmo tempo em que se ancora nas diretrizes da BNCC e nas discussões teóricas sobre a importância da educação financeira, busca oferecer uma experiência concreta de implementação pedagógica, mostrando que é possível desenvolver atividades acessíveis, contextualizadas e transformadoras dentro da escola pública. Ao relatar essa experiência, o presente artigo pretende contribuir para o debate sobre a efetividade da educação financeira nas escolas e para a construção de práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia dos alunos e colaborem na redução das desigualdades sociais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada se caracteriza por uma abordagem qualitativa, voltada à vivência, experimentação e reflexão crítica, considerando que a educação financeira não se limita à transmissão de conceitos, mas envolve a construção de competências e habilidades relacionadas à autonomia, planejamento e consumo consciente.

A do artigo seguiu etapas estratégicas, cuidadosamente planejadas para observar a aprendizagem significativa e contextualizada. Sobre o preparatório olímpico, a primeira fase consistiu na mobilização das escolas participantes e na identificação de alunos interessados em integrar as atividades.

Foram priorizadas instituições com maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando que esse público tende a se beneficiar diretamente das práticas de educação financeira. A mobilização envolveu reuniões com gestores, professores e familiares, a fim de apresentar os objetivos do projeto, esclarecer expectativas e firmar parcerias. Em seguida, a equipe responsável pelo projeto, composta por discentes da Licenciatura em Matemática e do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, realizou planejamento das atividades pedagógicas.

Esse planejamento incluiu a produção de materiais didáticos adaptados à realidade dos alunos, como cartilhas, jogos educativos, planilhas de controle de gastos e roteiros de oficinas temáticas. O desenvolvimento das atividades se estruturou em



Na fase de curto prazo, os alunos trabalharam com objetivos imediatos, como economia mensal ou controle de pequenas despesas, promovendo a compreensão de que metas financeiras podem ser atingidas com planejamento e disciplina. Na fase de médio prazo, foram abordadas metas de maior valor, que exigem maior organização e reflexão sobre prioridades. Já na fase de longo prazo, os estudantes foram estimulados a projetar objetivos mais ambiciosos, compreendendo como o planejamento, o tempo e a paciência contribuem para conquistas significativas.

Entre as estratégias metodológicas utilizadas, destaca-se a “Caixa de Sonhos”, ferramenta em que cada aluno registrava seus objetivos financeiros, identificando-os como de curto, médio ou longo prazo. Esse recurso permitiu aos estudantes visualizar suas metas, acompanhar o progresso e refletir sobre as escolhas financeiras. Outro instrumento central foi a utilização de planilhas de controle de gastos, que proporcionaram aos alunos registrar despesas, calcular o valor necessário para atingir objetivos e analisar a viabilidade de suas decisões financeiras.

As dinâmicas e jogos educativos foram igualmente fundamentais, pois simularam situações reais de consumo, investimentos e decisões financeiras, permitindo que os estudantes percebessem as consequências de escolhas impulsivas ou planejadas. Além disso, as oficinas incluíram a participação de familiares, incentivando o compartilhamento de experiências práticas sobre orçamento familiar e fortalecendo a relação entre aprendizagem escolar e realidade social. Essa participação também visou promover uma cultura de educação financeira em casa, estendendo os impactos do projeto para além da escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a educação financeira deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, perpassando diferentes áreas do conhecimento e articulando-se aos componentes curriculares, de modo a estimular hábitos de organização, consumo consciente e planejamento do futuro. A presença desse tema transversal no documento normativo representa um avanço significativo, pois



amplia a função social da escola, integrando à formação dos estudantes dimensões que vão além do domínio de conteúdos tradicionais.

A educação financeira, nesse sentido, é compreendida como um eixo de formação cidadã, capaz de influenciar diretamente a forma como os jovens lidam com recursos, planejam sua vida pessoal e interagem com a sociedade de consumo. Ao analisar o contexto brasileiro, observa-se que grande parte da população enfrenta dificuldades relacionadas à gestão financeira básica, como compreender a diferença entre juros simples e compostos, interpretar taxas de crédito ou elaborar um orçamento doméstico. Pesquisadores têm chamado a atenção para o fato de que a ausência desses conhecimentos contribui para o endividamento precoce de jovens e adultos, tornando-se um obstáculo para a conquista da autonomia. Assim, ao incorporar a temática ao currículo escolar, busca-se não apenas transmitir informações, mas desenvolver competências que possibilitem aos estudantes tomar decisões mais conscientes e responsáveis diante do uso do dinheiro e das escolhas de consumo.

Nesse cenário, a escola assume um papel ativo e estratégico. Mais do que oferecer conteúdos isolados, ela se torna responsável por proporcionar experiências de aprendizagem que possibilitem ao aluno compreender a função social do dinheiro, os riscos do consumismo e a importância de práticas de poupança e investimento. Isso significa que a educação financeira deve ser tratada como parte integrante da formação para a cidadania, na medida em que permite que o sujeito reflita sobre sua realidade, avalie possibilidades e planeje seu futuro de maneira crítica.

Além da BNCC, outras iniciativas nacionais vêm reforçando a relevância da educação financeira desde a Educação Básica. Um exemplo é o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024, que prevê o incentivo financeiro a estudantes de baixa renda como forma de estimular a permanência escolar. Ao associar transferência de renda à ideia de poupança e gestão responsável dos recursos, o programa demonstra como políticas públicas podem dialogar diretamente com o processo de formação financeira dos jovens. Essa articulação entre incentivo econômico e aprendizagem prática amplia o alcance da educação financeira, transformando-a em um instrumento de combate à evasão escolar e de estímulo à construção de projetos de vida mais sólidos. Apesar dos avanços normativos, a literatura especializada aponta desafios significativos para a implementação efetiva da educação financeira no cotidiano escolar.

Entre eles, destaca-se a falta de formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes não tiveram contato com conteúdos de educação financeira durante sua



Grande parte das produções disponíveis aborda a temática de maneira técnica ou distante da realidade social e cultural dos estudantes das escolas públicas. Trabalhar com exemplos de grandes investimentos, bolsas de valores ou aplicações financeiras sofisticadas pode gerar desinteresse e distanciamento dos jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade.

A criação de oficinas, jogos educativos, dramatizações, simulações de orçamentos familiares e análises críticas de propagandas são exemplos de estratégias que tornam o tema mais acessível e envolvente. Nesse processo, é importante compreender que a educação financeira não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas de economia pessoal, mas tratada como uma prática formativa mais ampla, que envolve valores, escolhas éticas e consciência social. O objetivo não é apenas ensinar o aluno a poupar ou a evitar dívidas, mas capacitá-lo a compreender os impactos de suas escolhas financeiras na sua vida e na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Além do domínio conceitual, o projeto desenvolveu habilidades práticas aplicáveis à vida cotidiana. Espera-se que os estudantes consigam organizar um orçamento pessoal, identificar prioridades de consumo, planejar metas financeiras de curto, médio e longo prazo e avaliar o impacto de suas decisões sobre a gestão de recursos. A utilização de ferramentas como planilhas de gastos, a “Caixa de Sonhos” e dinâmicas de simulação deve permitir que o aprendizado seja experimentado na prática, reforçando a capacidade de planejamento e tomada de decisão.

Em síntese, os resultados esperados abrangem três dimensões principais: aquisição de conhecimento teórico, desenvolvimento de habilidades práticas e formação de atitudes conscientes. Essas dimensões estão interligadas e refletem o potencial transformador da educação financeira na formação de estudantes críticos, autônomos e socialmente responsáveis, alinhando-se aos objetivos centrais da BNCC e às demandas da sociedade contemporânea.

A educação financeira, quando trabalhada de forma planejada e prática, torna-se um instrumento de formação integral do estudante, contribuindo para a construção de autonomia, consciência crítica e responsabilidade social.



A educação financeira demonstrou que é possível articular teoria e prática por meio de atividades que envolvem oficinas, dinâmicas, jogos educativos e participação familiar, proporcionando aos alunos a oportunidade de vivenciar conceitos financeiros de maneira concreta. Essa abordagem favorece não apenas o aprendizado cognitivo, mas também a formação de atitudes e comportamentos responsáveis em relação ao dinheiro, essenciais para a vida adulta e para o exercício da cidadania.

Outro ponto relevante é o potencial de replicabilidade do projeto. A documentação das atividades, estratégias e metodologias adotadas possibilita que a experiência sirva de referência para outras escolas públicas, ampliando o alcance da educação financeira e fortalecendo políticas educacionais voltadas à inclusão social e à preparação para a vida adulta. Essa perspectiva reforça a importância de iniciativas que unam legislação educacional, inovação pedagógica e realidade social, promovendo transformações significativas no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> e https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. **Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14818-16-janeiro-2024-795255-publicacaooriginal-170861-pl.html>.

BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024**. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui o Programa **Pé-de-Meia**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/decreto/D11901.htm.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence**. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.



OLIVEIRA, Paulo Henrique de. **Educação financeira e cidadania: uma abordagem crítica no ensino fundamental.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, p.1-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240042>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

PASQUINI, R. C. G.; VITOR, N. P. **Matemática e Educação Financeira: algumas reflexões acerca da necessidade e da suficiência.** Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, v. 10, n. 28, p. 01-18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/9884/8198>.

PIAZENTINI, M. S.; RAMOS, F. M.; SILVA, E. J.; CARLI, T. C. **Influência da educação financeira no bem-estar pessoal.** Revista Brasileira de Contabilidade, Ano L, n. 257, Setembro/Outubro 2022. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RBC257_set_out_ESP_web.pdf.

SILVA, Joana M.; MENDES, Rafael T. **Educação financeira e redução das desigualdades sociais: reflexões a partir da BNCC.** Revista Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 58, p. 456-473, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/14654>.

